

FAHIMTB	<h1>O TUIUTI</h1>	
		<p>ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RS E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL</p>
<p>AHIMTB/RS ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA</p>	<p><i>200 anos da ACADEMIA REAL MILITAR e da AMAN</i></p>	
Ano 2011	Novembro	Nº 05

INVENTÁRIO DAS CAUSAS DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O GOVERNO DO PARAGUAI (1865/70)

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel

*Tinha cruzado as fronteiras
da argentina e do uruguai;
andara no Paraguai,
peleando valentemente,
e voltara, humildemente,
como tantos índios tacos
que foram vingar nos chacos
a honra da nossa gente!*

(Poesia 'Tio Anastácio', de Jayme Caetano Braun)

INTRODUÇÃO

A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai é mais conhecida simplesmente como Guerra do Paraguai. Ela envolveu, entre 1864 e 1870, quatro nações do cone sul da América: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. As três primeiras, agredidas, lutaram contra a última. E venceram.

Das quatro nações, três já eram repúblicas e o Brasil ainda mantinha a Monarquia. A guerra foi uma das causas da queda deste regime de governo.

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito entre nações do continente americano e teve características de guerra total, ou seja, aquela em que o conflito tem alcance ilimitado, com a mobilização total dos recursos bélicos, industriais, humanos, tecnológicos, etc., no esforço de guerra, para anular a capacidade combativa do inimigo e impor a sua vontade envolvendo, direta ou indiretamente, não

somente as forças militares como também as populações civis. Conforme o historiador Dr. Francisco Doratioto (***Maldita Guerra***. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 17):

“Foi o conflito externo de maior repercussão para os países envolvidos, quer quanto à mobilização e perda de homens, quer quanto aos aspectos políticos e financeiros”.

E ainda Doratioto (ibid p. 23):

“A Guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações”.

Impossível entender esta guerra sem conhecer, adrede, as causas e circunstâncias que levaram aquelas quatro nações ao conflito bélico.

As causas da Guerra do Paraguai podem ser buscadas remota ou imediatamente antes do conflito. De qualquer forma, algumas são causas complexas, ligadas ao cenário do Prata como um todo. Outras são mais simples, diretas, objetivas e específicas de cada um dos quatro países beligerantes. Interessa-nos, em relação às causas, aquilo que esteve particularmente relacionado ao Brasil, dentro do processo de relacionamento com o Paraguai.

Este é o tema que será desenvolvido a seguir.

DESENVOLVIMENTO

Causas remotas

1. Entre 1824 e 1829, o Brasil manteve um cônsul em Assunção, resultado da atitude do Império em reconhecer, sendo o primeiro país a fazê-lo, a independência do Paraguai, em 1844. O Paraguai tinha se tornado independente em 14/05/1811. O Cônsul foi o diplomata Antônio Manuel Correia da Câmara e o governante paraguaio era José Gaspar Rodríguez de Francia, ditador desde 1816.

Conforme Doratioto (opus. cit., p. 24), Francia pleiteou ao representante brasileiro um tratado para definir os limites entre os dois países, tratado este que, conforme o pleito paraguaio, seria baseado no Tratado de Santo Ildefonso de 1777. O Império propôs então que fosse utilizado o princípio do *uti possidetis*¹, solução totalmente rejeitada pelo governo paraguaio. A lógica do Império era fundamentar-se

¹ Princípio do direito privado romano do [*uti possidetis, ita possideatis*](#) (quem possui de fato, deve possuir de direito).

no Tratado de Madri de 1750 e no Tratado de Badajoz (1801). Todos estes tratados, entre outros, foram celebrados entre Portugal e Espanha, países colonizadores da América do Sul.

Em face das divergências, já países independentes, as relações diplomáticas entre o Império e o Paraguai se deterioraram a tal ponto que Francia expulsou Correia da Câmara em 1829. A questão continuou sem solução, tornando-se um foco de atrito entre as duas nações.

2. Na década de 1850, já sob Carlos Antônio López, o governo do Paraguai criou obstáculos à livre navegação no rio Paraguai por navios brasileiros que demandavam à Província de Mato Grosso. Foi uma forma de pressão de Carlos López para a solução da questão de limites. Como essa navegação era vital para o Império, este ameaçou o Paraguai com a guerra (DORATIOTO: p. 32), sendo que a nação guarani não estava preparada para tal conflito. Após uma Convenção de dezembro de 1850, não cumprida pelo Paraguai, foi assinado em abril de 1856 um tratado de livre navegação no rio, solução que interessava ao Brasil. Mas o ressentimento paraguaio permaneceu. A possibilidade da guerra também permaneceu no ar, mais do lado paraguaio do que pelo governo brasileiro.

3. Em dezembro de 1854, o Império encaminhou ao governo paraguaio uma missão diplomática especial, chefiada pelo Chefe-de-Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira. Sobre esta missão, conforme RODRIGUES, José Honório et SEITENFUS, Ricardo A. S. ***Uma História diplomática do Brasil***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 188, consta o seguinte:

*“O motivo da Missão era especificamente o de solicitar o efetivo cumprimento do art. 3 da Convenção de 25 de dezembro de 1850 que assegurava a livre navegação do rio Paraná até o rio da Prata. A navegação do Paraná estava aberta a todas as nações pelos dois governos de Buenos Aires e a Confederação Argentina, **mas os barcos brasileiros não podiam chegar à província de Mato Grosso, porque o Paraguai lhes proibia o tráfego pelos seus rios. Concedia o Paraguai o direito de navegar seus rios a várias nações mas recusava-o ao Brasil** (grifo meu), ao qual devia, pelas nossas alianças e esforços, o poder de navegar o Paraná até o rio da Prata”.*

Portanto, havia uma atitude hostil do Paraguai ao Brasil, originada pela posição brasileira de não revisar os limites já acertados por tratados diversos².

Em abril de 1855, o Império obteve do governo paraguaio duas convenções objetivando um acordo futuro definitivo, mas a proibição de navegação brasileira no Rio Paraguai continuou. A nação guarani não abria mão de sua reivindicação da fixação da fronteira sobre o Rio Blanco e não sobre o Rio Apa (ibid, p. 190).

4. A militarização do Paraguai era um fato evidente. Conforme RODRIGUES e SEITENFUS (p. 193):

“O General Francisco Solano Lopez, filho do Presidente³, se propunha converter o Exército na principal instituição do país. Este era um louco completo. Num desfile militar em Paris⁴ disse Solano Lopez a Hector Varela⁵: ‘Sepa usted que com mis paraguayos tengo bastante para brasileños, argentinos y orientales: y aun con los bolivianos si se meten a zonzoz’.

Este homem foi o sucessor de seu pai no governo do Paraguai a partir de 10 de setembro de 1862. E as consequências foram desastrosas. Ainda conforme RODRIGUES e SEITENFUS (p. 193/194):

“Nos seus sonhos perturbados pela megalomania e pelo complexo de inferioridade desejava transformar a política externa paraguaia, tornando-se o árbitro internacional do rio da Prata. [...] Ficou especialmente ressentido quando, pelo protocolo de 20 de outubro de 1863 se designou o Império do Brasil como árbitro das questões políticas que surgissem entre os dois países⁶. A ruptura completa verificou-se mais tarde e Lopez volvia sua indignação contra o Brasil, cuja posição invejava e almejava”.

5. A forma de governo monárquica, que se tornara, desde 1822, um dos fatores da coesão interna do Brasil era, para alguns líderes platinos, uma “*distinção perigosa*

² Desde o Tratado de Lisboa de 1681, Portugal e Espanha celebraram diversos tratados. Os que afetaram os limites territoriais entre as colônias sul-americanas foram, além do já citado: Utrecht (1815), Madri (1750), El Pardo (1761), Santo Ildefonso (1777) e o de Badajoz (1801).

³ Ministro da Guerra do Paraguai.

⁴ Conforme Pedro Calmon (vol. 5, p. 1728), Solano López foi à França comprar material de guerra.

⁵ Literato e diplomata argentino.

⁶ Paraguai e Uruguai, conforme a Memoria del Ministro de Relaciones Exteriores, Montevideo, 1863/64.

para as boas relações entre os povos sul-americanos” (LIMA, Flamarion Barreto, General. **Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: ECEME, 1967, CPrep, p. 16/17).

Na verdade, o Brasil era tido pelo Paraguai como uma monarquia imperialista e o seu enorme território teria sido obtido como resultado de espoliações sucessivas de territórios que tinham sido guaranis no passado (ibid. p. 16).

6. O fatalismo geográfico do Paraguai lhe era desfavorável, com uma extensa fronteira terrestre e a extrema necessidade de ligação com o mar, tudo agravado pela *“tradição missioneira, que criou direitos históricos (presumidos) a grandes porções de território em poder do Brasil e da Argentina”* (ibid. p. 23).

7. A mentalidade de Francisco Solano López, com sua psicologia carismática, e a sua adesão às *“idéias relativas ao equilíbrio das potências, gerando o desejo de constituir na América do Sul um grande Estado dominado pelo Paraguai”* (ibid. p. 23).

Causas imediatas

1. As discussões relativas às questões de limites foram um tema polêmico e recorrente nas relações entre Brasil e Paraguai, enquanto houve paz. Cada um tinha seus próprios argumentos, baseados em instrumentos político-diplomáticos anteriores, que remontam à época das colônias.

2. A militarização do Paraguai que, então, tinha o Exército mais numeroso da América do Sul (80.000 homens), além de armamentos atualizados e também fortalezas bem construídas ao longo da calha do Rio Paraguai.

3. A questão da navegação nos rios da bacia platina, mormente o Rio Paraguai, que possibilitava o acesso à Província de Mato Grosso, na época atingível, por terra, somente à custa de muito tempo e enormes sacrifícios.

4. A tomada, como trunfo nas negociações diplomáticas, pelo Paraguai, da questão da navegação, afetando seriamente os interesses brasileiros.

5. A invasão do Uruguai pelo Brasil, em 1864, não tolerada pelo Paraguai, que tinha um aliado em Athanásio Cruz Aguirre, dirigente uruguaio. Conforme GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Brasil – Linha do Tempo**. Porto Alegre: Suliani Editora Arte e Vida, 2007, p. 57, ano de 1864, coluna Brasil):

Novas incursões dos blancos (no poder) contra o RS. Dom Pedro II manda José Antonio Saraiva (Missão Saraiva) ao Uruguai para conferenciar com o líder blanco Bernardo Berro, mas este havia sido substituído por Athanásio Cruz Aguirre, que não aceita as reclamações do

Imperador. Na fronteira os saques continuam, praticados por partidários de Aguirre. O Brasil envia um “ultimatum” a Aguirre, que o ignora (agosto). O Brasil alia-se a Venâncio Flores (colorado) e manda Manuel Luiz Osório que, junto com Flores, cerca Montevidéu. Enquanto isso, o Almirante Tamandaré ataca pelo mar.

6. O aprisionamento do vapor brasileiro Marquês de Olinda no Rio Paraguai, a montante do Porto de Assunção, a 11 de novembro de 1864, que estava a caminho do Mato Grosso conduzindo o novo governador nomeado pelo Imperador, Coronel Frederico Carneiro de Campos.

Assim como toda tripulação e passageiros do navio Marquês de Olinda, Frederico Carneiro de Campos morreu prisioneiro devido à fome e maus tratos. Faleceu no campo de prisioneiros de Passo Pocu, próximo à fortaleza paraguaia de Humaitá, em 3 de novembro de 1867, alguns meses antes desta ser conquistada por tropas brasileiras. Sua esposa, Auta Ferreira França Carneiro de Campos, enlouqueceu com tamanho sofrimento (vide o Fórum de Genealogia - Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Vol. 272: 1966, 301-310. Fé de Ofício do Coronel Frederico Carneiro de Campos).

Conforme a historiadora Hilda Agnes Hübner Flores “a bandeira brasileira subtraída do vapor serviu de tapete no escritório de Solano, no palácio López” (**Mulheres na Guerra do Paraguai**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010, p. 17).

7. A declaração de guerra do Paraguai ao Brasil, em 13 de dezembro de 1864. A 18 de março de 1865, Solano López declarava guerra à Argentina. O Uruguai, já então governado por Venâncio Flores, solidarizou-se com o Brasil e com a Argentina.

8. A invasão do Mato Grosso pelo Paraguai, realizada a partir de 27 de dezembro de 1864, após o ataque vitorioso ao Forte de Coimbra. Esta ação já não é uma “causa” em si, posto que a guerra já havia sido declarada, mas é citada tendo em vista que caracterizou o uso da violência armada com invasão de território em região de pouquíssima densidade demográfica, isolada e mal guarnecida.

Comentários

Houve outras condicionantes que contribuíram para a guerra. São importantes na medida em que explicam o quadro de circunstâncias do governo do Paraguai frente ao seu público interno e aos seus vizinhos.

Conforme Francisco Doratioto em “Maldita Guerra” podem ser elencadas as seguintes condicionantes:

- em 1862 López, em reunião com seus chefes militares, elaborou um “*orçamento de gastos com a guerra*” e mandou iniciar a mobilização militar, convocando todos os cidadãos entre 17 e 40 anos de idade para o serviço militar (op. cit., p. 39);
- Brasil e Paraguai eram rivais comerciais na exportação de erva-mate. O excesso de oferta do produto fez declinarem os preços, exatamente quando o Paraguai “*necessitava de maiores recursos para manter suas importações de maquinaria e material defensivo*” (op. cit., p. 39);
- já na década de 1860, o “*Estado guarani era dono [...] de quase 90% do território nacional e [...] de 80% do comércio interno e externo eram propriedade estatal [...] tal quadro levou o Paraguai a ter interesses fora de suas fronteiras [...] ‘a buscar seu Lebensraum’*”⁷ (opus. cit., p. 44). A população era de um milhão de habitantes.
- em relação à suposta política imperial hostil em relação ao Paraguai, Solano López “*fazia discursos violentos contra essa política brasileira*” em manifestações públicas em que o povo era “*obrigado a comparecer*” (op. cit., p. 61);
- a guerra era “*desejada pela elite paraguaia*”, como forma da mesma se livrar da ditadura dos López (op. cit., p. 62). Solano López era chamado de “El Supremo”.
- em relação à captura do vapor brasileiro Marquês de Olinda, López alegou ter “*respondido às hostilidades iniciadas pelo Brasil*”, referindo-se à ação militar brasileira contra o dirigente uruguaio Athanásio Cruz Aguirre (op. cit., p. 66);
- o governo imperial foi “*tomado de surpresa*” com o ataque paraguaio a território brasileiro (op. cit., p. 79); e
- embora imprecisas, as informações sobre a influência de Elisa Alícia Lynch de Quatrefages sobre o seu companheiro Solano López podem ter contribuído para a guerra. Conforme BAPTISTA, Fernando. ***Elisa Lynch, mulher do mundo e da guerra***. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986, p. 202, “*Elisa compartilhava dos projetos ainda imprecisos de Francisco no que dizia respeito a uma entente cordiale*”⁸ com *Corrientes e Entre-Rios...*”.
- conforme o Artigo VII do Tratado Secreto da Tríplice Aliança (transcrito em O’LEARY, Juan Emiliano. ***Historia de La Guerra de La Triple Alianza***. Assunção:

⁷ Alusão à política hitleriana de busca de maiores espaços para a expansão do III Reich.

⁸ Alusão à aliança entre a Inglaterra e a França, depois com a Itália e Rússia, na Primeira Guerra Mundial.

Carlos Schauman Editor, 1992, p. 63), a guerra não era contra o povo paraguaio e sim contra o seu governo, a saber:

“No siendo la guerra contra el pueblo paraguayo sino contra su gobierno, los aliados podrán admitir em uma légion paraguaya a todos los ciudadanos de esa nación que quisieran concurrir al derrocamiento de dicho gobierno, y les proporcionarán los elementos que necesiten, en la forma y condiciones que se convenga”.

CONCLUSÃO

Desde a época da ‘ditadura perpétua’⁹ de José Gaspar Rodriguez de Francia (1811-40), passando por Carlos Antônio López (1840-62) e, finalmente, por Francisco Solano López (1862-70), o Paraguai teve três traços característicos: a pequena propriedade, a estatização e a ditadura. Acrescente-se a isso a economia voltada para dentro, ainda que em um país economicamente vulnerável, sem saída para o mar e, portanto, isolado (KOSHIBA et PEREIRA: 1987, p. 221/222).

Francia e Carlos López conseguiram manter em equilíbrio a situação interna e também a externa, mas o mesmo não aconteceu com o terceiro governante, Francisco Solano López. Conforme Francisco Doratioto (2002: 41), citando Efraim Cardoso, *El Paraguay independiente*, Assunção, El Lector, 1996, p. 204: Carlos López, antes de expirar, em 10 de setembro de 1864, disse ao filho Francisco: “...tem



muitas questões pendentes, mas não busque resolvê-las pela espada, mas sim pela caneta, principalmente como Brasil”.

No governo de Solano López, a idéia era lutar pela preservação da independência do Uruguai, posto que isto era a garantia do livre trânsito no estuário do Prata, única saída para o mar (op. cit., p. 222).

Para isso, entretanto, não seria necessário o enfrentamento armado, opção lopista. Conforme ROCHA ALMEIDA (p. 212), López era um “ente anormal”.

Contava o governo paraguaio com as alianças de Justo José Urquiza, governador de Corrientes, e de Athanásio Cruz Aguirre, dirigente uruguaio. Mas os acontecimentos tomaram outro rumo.

O conjunto das causas, fatores e circunstâncias que levaram os quatro contendores à guerra poderia, com certeza, ser contornado, priorizando-se a via

⁹ Um Congresso reunido em 1816 decretou a ditadura perpétua de Francia (ROCHA ALMEIDA, 1959: p. 211).

diplomática. Um fator, porém, foi determinante: a sanidade mental de López, conforme RODRIGUES e SEITENFUS (op. cit. p. 193): “*Este era um louco completo*” observação acima referida.

Na verdade, Francisco Solano López (imagem ao lado) subestimou a capacidade de mobilização dos três oponentes, principalmente do Brasil. E foi à guerra. Revelou falta de bom senso e pior, de visão prospectiva. Não é temerário concluir que Francisco Solano foi um déspota tirano, inconsequente e egocêntrico no governo do Paraguai.

As três graves ofensas ao Brasil, quais sejam a apreensão do vapor *Marquês de Olinda*, a invasão do Mato Grosso e a invasão do Rio Grande do Sul, não poderiam ficar sem resposta.

De imediato, Solano López colheu duas graves derrotas, a saber, o aniquilamento da sua Marinha de Guerra com a derrota na Batalha do Riachuelo em 11 de junho de 1865 e a rendição das tropas sob o comando do Tenente-Coronel Antônio de La Cruz Estigarribia em Uruguaiana a 18 de setembro do mesmo ano.

A tropa paraguaia, embora de grandes efetivos, não tinha a qualidade necessária em relação ao treinamento militar. Muita quantidade e pouca qualidade.

Acuado em seu próprio território, López não teve outra alternativa senão passar à guerra defensiva, o que consumiu o maior tempo do conflito: cinco longos anos. Várias tentativas de paz com Solano López foram realizadas pelos aliados. Todas infrutíferas.

Francisco Solano López morreu lutando em 01 de março de 1870. Deixou um Paraguai devastado pela guerra que ele mesmo provocou.

BIBLIOGRAFIA

AXT, Günter (Org.). *As Guerras dos Gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

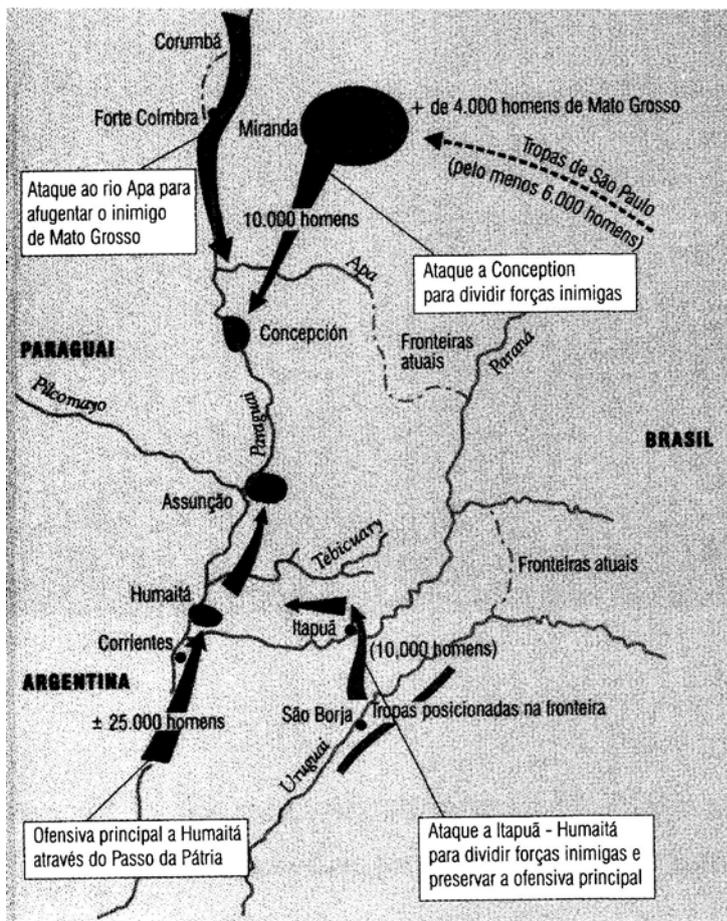
KOSHIBA, Luiz et PEREIRA, Denise. *História do Brasil*. São Paulo: Atual, 1987.

GIORGIS, Luiz Ernani C. *Brasil - Linha do Tempo*. Porto Alegre: Suliani Letra e Vida, 2007.

ROCHA ALMEIDA, Antônio da, Prof. *História do Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, Ética Impressora, 1959, 3 vol.

FONTE ELETRÔNICA

[Fórum de Genealogia - Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Volume 272: 1966, 301-310. Fé de Ofício do Coronel Frederico Carneiro de Campos](#), in www.wikipedia.org.br.



Plano de Caxias para as operações no Paraguai

Fonte: As Guerras dos Gaúchos (p. 194)

Batalha do Avaí

Fonte: As Guerras dos Gaúchos (p. 191)

